

Herança ou patrimônio? O que realmente definimos como nosso legado cultural?

Heritage or patrimony? What do we really define as our cultural legacy?

Andréa Teixeira Alves¹

Resumo:

O artigo explora a evolução do conceito de patrimônio cultural, discutindo sua transição de um foco estritamente material para um entendimento mais dinâmico e imaterial, especialmente após a Convenção da UNESCO de 2003. Analisando a diferença entre os termos *patrimônio* e *herança*, argumenta-se que a terminologia adotada pelo espanhol, *herencia cultural*, pode ser mais apropriada para descrever bens culturais imateriais, uma vez que enfatiza a transmissão e continuidade, em vez da posse e preservação estática. O estudo também aborda a categorização dos inventários patrimoniais no Brasil e em Portugal, evidenciando como a seleção do que é considerado patrimônio reflete dinâmicas de poder, memória e identidade coletiva. Por fim, reflete sobre o papel das comemorações institucionais na construção da memória histórica e na legitimação dos bens patrimoniais.

Palavras-chave: patrimônio; herança; memória; identidade; UNESCO.

Abstract:

The article explores the evolution of the concept of cultural heritage, discussing its shift from a strictly material focus to a more dynamic and intangible understanding, especially after the 2003 UNESCO Convention. By analyzing the difference between the terms *patrimony* and *heritage*, it is argued that the terminology adopted in Spanish, *herencia cultural*, may be more appropriate for describing intangible cultural assets, as it emphasizes transmission and continuity rather than static ownership and preservation. The study also examines the categorization of heritage inventories in Brazil and Portugal, highlighting how the selection of what is considered heritage reflects power dynamics, memory, and collective identity. Finally, it reflects on the role of institutional commemorations in shaping historical memory and legitimizing heritage assets.

Keywords: heritage; legacy; memory; identity; UNESCO.

¹ Historiadora, graduada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestre em História Contemporânea pela Universidade do Minho (UM). E-mail: alvesat@uol.com.br

1 Introdução

A obra do historiador Fernando Catroga, *O restolho do homem no tempo*, especialmente no que tange às reflexões sobre memória, história e a relação do ser humano com o passado, trata da memória histórica, e lida com a forma como o passado é revisitado, preservado e manipulado ao longo do tempo, algo que se conecta diretamente ao conceito de reminiscência. Assim, reminiscência é entendida como uma lembrança que emerge espontaneamente, sem um esforço consciente. Isso ressoa com as ideias de Catroga, que explora o caráter fragmentário e residual da memória humana. Para ele, o passado não é algo estático ou completamente acessível, mas algo que é sempre revisitado em pedaços, de forma seletiva e muitas vezes incompleta. A reminiscência, por sua natureza espontânea e imprecisa, simboliza esse processo de reconstrução fragmentária do passado que ele chama de "restolho" — ou seja, os resíduos, vestígios e fragmentos que sobram do tempo vivido.

Catroga também reflete sobre como o passado é muitas vezes carregado de emoções e nostalgias. No seu texto, a reminiscência é descrita como uma evocação emocional do passado, algo que ecoa ao discutir como o ser humano se relaciona com as memórias de tempos anteriores. A nostalgia, enquanto um componente frequente das reminiscências, é central em sua obra, pois ele entende a memória histórica não apenas como um registro factual, mas como uma reconstrução impregnada de sentimentos, onde as recordações são moldadas pelas emoções e o contexto do presente. A ideia de uma memória "incompleta" e "vaga", como descrita na reminiscência, está profundamente alinhada com a noção de que a história é uma construção contínua, sujeita a interpretações emocionais e seletivas.

Em sua obra, o restolho é um conceito metafórico que remete aos restos de uma colheita, os fragmentos de um campo após o uso. Da mesma forma, a reminiscência pode ser vista como uma colheita fragmentária de memórias, onde apenas partes do passado são recuperadas. Essas lembranças espontâneas e incompletas, muitas vezes evocando apenas impressões ou sentimentos vagos, são o que resta de uma tentativa humana de entender o passado. Assim, ambos os conceitos sublinham a imperfeição e o caráter seletivo do processo de lembrar, evidenciando que a história e a memória não são completas, mas feitas de fragmentos interpretados subjetivamente.

Enquanto a reminiscência surge de maneira espontânea e está relacionada à lembrança pessoal e íntima, ela contrapõe a história como a memória coletiva e a história como uma construção social. No entanto, ambos os conceitos se cruzam na ideia de que tanto as memórias pessoais quanto as históricas são moldadas pelas circunstâncias do tempo atual. O que

lembramos ou escolhemos preservar — seja em nível individual ou coletivo — é frequentemente guiado por necessidades, sentimentos e narrativas do presente. Assim, tanto a história, como a reminiscência, é uma tentativa humana de dar sentido ao tempo passado, e muitas vezes o faz de maneira subjetiva e incompleta, através de impressões e fragmentos.

A história, tanto em nível individual quanto coletivo, é uma construção que depende desses fragmentos e da maneira como eles são evocados, moldados e emocionalmente carregados.

Assim esta investigação debruça-se e faz análise sobre a categorização dos inventários feitos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Brasil e a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) em Portugal. Também analisaremos as datas comemorativas de aniversário do IPHAN, pois, ao CO-MEMORAR, trazemos de volta a MEMÓRIA.

2 A salvaguarda do patrimônio

O Pós-Primeira Guerra Mundial gerou as primeiras discussões sobre a necessidade de se proteger o patrimônio cultural em um nível internacional, com a **Primeira Conferência Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos** (CIAM), realizado em 1931, que gerou a Carta de Atenas, documento base para a futura criação do *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS)² de 1965. Mas foi após a Segunda Guerra Mundial que essas ideias foram formalizadas e regulamentadas internacionalmente. Antes desta data, cada país tentou ao seu modo inventariar e salvaguardar o seu patrimônio.

Até 1972, os termos mais comumente utilizados eram “Monumentos” e “Sítios”, porque o foco da salvaguarda e preservação estava nos sítios arqueológicos e nos remanescentes da Antiguidade Clássica. Durante as décadas de 40 e 50, havia também uma necessidade de monumentalização de marcos históricos de cada país que estavam ligados ao identitário destas nações³. A ideia de patrimônio estava intrinsecamente relacionada à função de preservar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação.

Em 1972, aparece, pela primeira vez, a designação de Património em substituição da denominação preferencial de Monumento que se encontrava

² Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - o ICOMOS, é uma organização não governamental internacional dedicada à preservação e conservação do patrimônio cultural. Ele assessoria a UNESCO na avaliação de sítios culturais que desejam ser reconhecidos como Patrimônio Mundial e define diretrizes para a conservação de monumentos e paisagens culturais.

³ CHOAY, François. A Alegoria do Património. Lisboa: Edições 70, 2008.

inscrita nos dois documentos anteriores, Carta de Atenas, de 1931, e Carta de Veneza de 1964 (Reis, 2020).

Como veremos a seguir, a ideia do que se preservar foi evoluindo com o passar do tempo. No Brasil, desde o surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁴ em 1937, já se utilizava a palavra “patrimônio”, tal qual como a usamos hoje. É importante lembrar que a etimologia de sta palavra tem origem no latim *patrimonium*, que deriva de *pater* (pai) mais *monium* (ação, condição, ou resultado de algo). Originalmente, significava herança paterna, ou seja, os bens transmitidos de pai para filho dentro de uma família. Esse sentido inicial estava muito ligado à posse de terras, riquezas e direitos familiares. Porém, a utilização da palavra patrimônio, no seu sentido mais amplo, como conhecemos atualmente, só passou a ser adotada a partir da **Convenção Sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural** de 1972. Ela veio substituir a palavra monumento que era mais utilizada até então, como também as expressões para se referir aos bens culturais, tais como “Monumentos históricos”, “Tesouros nacionais”, etc. Nesta mesma convenção, por insistência dos representantes do Canadá e dos Estados Unidos, que estavam preocupados com a conservação dos seus grandes parques naturais, e defendiam que a questão ambiental era universal e digna de ser patrimônio mundial, mais do que a questão cultural, porque entendiam ser esta última uma preocupação mais nacional. Graças ao debate, foi introduzida oficialmente a categoria de “patrimônio natural” juntamente com a de “patrimônio cultural”, estabelecendo critérios para identificação, proteção e preservação de bens de valor universal excepcional. Foi nesse contexto que surgiu a Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO⁵. Esta lista encontra-se categorizada em: **Patrimônio Cultural (PC)**, **Patrimônio Natural (PN)** e **Misto (M)**.

Ao analisarmos o mapa disponível no site da UNESCO com o inventário do patrimônio mundial, observamos que a maior parte do patrimônio cultural encontra-se concentrado na Europa. A Itália é seu maior representante, com o maior número de bens classificados como patrimônio cultural mundial (60 PC), seguida pela Alemanha (51 PC e 3 PN) e pela França (44 PC; 7 PN e 2M). Portugal possui hoje 17 patrimônios mundiais da UNESCO, sendo somente um deles classificado como Natural, localizado na Ilha da Madeira. Nas Américas, podemos observar uma maior concentração de patrimônios naturais da UNESCO, sendo o México uma

⁴ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em caráter provisório por despacho de Vargas no dia 19 de abril de 1936, e foi instituído oficialmente pela Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 com a finalidade de promover em todo o país e de modo permanente a classificação (tombamento), a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional conforme seu artigo 46. Depois passou a se chamar IPHAN.

⁵ Lista dos sítios do Patrimônio Mundial da UNESCO disponível em: <https://whc.unesco.org/es/list/>. Acesso em: 21 fev. 2025.

exceção, possuindo tanto no continente, como no próprio país, um maior acervo de patrimônio cultural mundial que natural inscrito na UNESCO.

A categorização de bens protegidos em Portugal é definida segundo três categorias distintas e de acordo com as convenções internacionais:

- **Monumento:** obras de arquitetura, composições importantes ou criações mais modestas, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social, incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante destas obras, bem como as obras de escultura ou de pintura monumental;
- **Conjunto:** agrupamentos arquitetônicos urbanos ou rurais de suficiente coesão, de modo a poderem ser delimitados geograficamente, e notáveis, simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social;
- **Sítio:** obras do ser humano ou obras conjuntas do ser humano e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogêneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou social.⁶

No Brasil, no dia 13 de janeiro de 1937, era assinada a Lei nº 387, que criava o SPHAN. Seu anteprojeto foi elaborado pelo ensaísta, escritor, musicólogo, pesquisador e modernista Mario de Andrade. O SPHAN iniciou seus trabalhos ligado ao antigo Ministério da Educação e Saúde Pública, sob o comando de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Sob sua liderança, o SPHAN iniciou um trabalho sistemático de inventário, proteção e restauração de monumentos históricos e artísticos em todo o país. Ele foi seu diretor e esteve à frente desta instituição por 30 anos (1937-1967). Em 30 de novembro do mesmo ano, era publicado o Decreto-lei nº 25, outro marco legislativo da política de proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro, que instituiu o instrumento do “tombamento”. Este decreto-lei instituiu quatro Livros do Tombo, em homenagem à Torre do Tombo em Portugal, que é o arquivo central do Estado Português desde a Idade Média e ficava em uma das torres da muralha que cerca Lisboa. De “inscrever o patrimônio no Livro do Tombo”, deu-se o nome de Tombamento para o instrumento de salvaguarda no Brasil. Em Portugal, chama-se classificação, classificar o bem. No Brasil,

⁶ De forma mais detalhada são classificados como: MN (Monumento Nacional), IIP (Imóvel de Interesse Público), MIP (Monumento de Interesse Público), SIP (Sítio de Interesse Público), CIP (Conjunto de Interesse Público) e MNat (Monumento Natural).

Para mais informações consultar: <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/salvaguarda/consultar/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

dizemos “tombar o bem”, o que para os leigos causa uma certa confusão, dada a semântica da palavra “tombar”. Os Livros do Tombo estão categorizados em:

- I. **Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico:** Onde são inscritos os bens culturais em função do valor arqueológico, relacionado a vestígios da ocupação humana pré-histórica ou histórica; de valor etnográfico ou de referência para determinados grupos sociais; e de valor paisagístico, englobando tanto áreas naturais, quanto lugares criados pelo homem, aos quais é atribuído valor atendendo à sua configuração paisagística, a exemplo de jardins, mas também cidades ou conjuntos arquitetônicos que se destaquem por sua relação com o território onde estão implantados.
- II. **Livro do Tombo Histórico:** Neste livro são inscritos os bens culturais em função do valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Esse Livro, para melhor condução das ações do IPHAN, reúne, especificamente, os bens culturais em função do seu valor histórico, que se dividem em bens imóveis (edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, por exemplo) e móveis (imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças).
- III. **Livro do Tombo das Belas Artes:** Reúne as inscrições dos bens culturais em função do valor artístico. O termo belas-artes é aplicado às artes de caráter não utilitário, opostas às artes aplicadas e às artes decorativas. Para a História da Arte, imitam a beleza natural e são consideradas diferentes daquelas que combinam beleza e utilidade. O surgimento das academias de arte, na Europa, a partir do século XVI, foi decisivo na alteração do *status* do artista, personificado por Michelangelo Buonarroti⁷ (1475-1564). Nesse período, o termo belas-artes entrou na ordem do dia como sinônimo de arte acadêmica, separando arte e artesanato, artistas e mestres de ofícios.
- IV. **Livro do Tombo das Artes Aplicadas:** Onde são inscritos os bens culturais em função do valor artístico, associado à função utilitária. Essa denominação (em oposição às belas-artes) se refere à produção artística que se orienta para a criação de objetos, peças e construções utilitárias: alguns setores da arquitetura, das artes decorativas, design, artes gráficas e mobiliário, por exemplo. Desde o século XVI, as artes aplicadas estão presentes em bens

⁷ Michelangelo di Lodovico Buonarroti Simoni (Caprese, 6 mar. 1475 - Roma, 18 fev. 1564), mais conhecido simplesmente como Michelangelo ou Miguel Ângelo, foi um pintor, escultor, poeta, anatomista e arquiteto italiano, considerado um dos maiores criadores da história da arte do ocidente.

de diferentes estilos arquitetônicos. No Brasil, as artes aplicadas se manifestam fortemente no Movimento Modernista de 1922, com pinturas, tapeçarias e objetos de vários artistas.”⁸

Inventariar e categorizar são formas de interpretar e revelam muito sobre as visões de mundo. Se analisarmos atentamente a primeira listagem do inventário feita pelo SPHAN, só constavam edificações do período colonial do Brasil. Também observamos que só havia templos católicos. Segundo o cronista João do Rio, naquela época, “o Rio, como todas as cidades nestes tempos de irreverência, tem em cada rua um templo e em cada homem uma crença diversa. [...] a cidade pulula de religiões. Basta parar em qualquer esquina, interrogar. A diversidade dos cultos espantar-vos-á.”⁹

O antropólogo Rodrigo Toniol e a socióloga Marcella Araújo muito bem observaram esta característica: “Aos bens religiosos por parte do SPHAN tem como característica central o exclusivismo católico. A política de patrimônio do órgão excluiu de seu horizonte espaços de culto e objetos sagrados oriundos de qualquer outra matriz religiosa.” (Toniol, 2023)

Foi somente em 1984 que se tombou um templo de religião de matriz africana, o Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, localizado na cidade de Salvador na Bahia, que foi inscrito nos livros (II) do Tombo Histórico e (I) do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico¹⁰. Enquanto a Igreja de São Pedro dos Clérigos do Rio de Janeiro teve o seu registro nos livros (II) do Tombo Histórico e (III) do Tombo das Belas Artes.

Voltando ao evento das demolições ocorridas para a abertura da Av. Pres. Vargas no Rio de Janeiro (1938-1944), indagamos a escolha da Igreja de São Pedro dos Clérigos do Rio de Janeiro, como representativo do patrimônio nacional, quando tantos outros templos também foram demolidos, como duas sinagogas e outros de religião de matriz africana que estavam localizados na Praça Onze. Estes nem sequer mereceram registros documentais ou fotográficos por parte do SPHAN na época. Se o próprio templo católico, ao qual era reconhecido valor patrimonial artístico e histórico, foi demolido, o que dizer dos espaços e objetos de culto de outras religiões? Se do primeiro sobraram reminiscências espalhadas, dos segundos restou apenas o apagamento da memória. Não é possível reconstruí-los nem descrevê-los como feito no capítulo 2 da minha dissertação de mestrado intitulada: *A Igreja de São Pedro dos Clérigos do Rio De Janeiro (1937-1944)* um estudo de caso em torno dos discursos sobre a modernidade

⁸ Retirado do site do IPHAN - <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>. Acesso em: 21 fev. 2025.

⁹ RIO, João do. *As Religiões no Rio*, Editora Nova Aguilar, Coleção Biblioteca Manancial n.º 47, Rio de Janeiro, 1976. - Escrito em 1906, é um livro de autoria de João Paulo Barreto, jornalista, cronista, tradutor e teatrólogo brasileiro, que usava o pseudônimo ‘João do Rio’.

¹⁰ Website do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1636/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

brasileira. A própria região da Praça Onze, onde estava uma grande comunidade de imigrantes, judeus, ciganos e afrodescendentes, possui poucos registros, quando da sua demolição para a abertura da avenida. Entendemos este apagamento como uma forma de negar identidade a determinados segmentos da sociedade, uma tentativa de homogeneização que se queria construir. O projeto de modernidade no Brasil dos anos 30 e 40 era homogeneizador.

A escolha do que era patrimônio e monumento pelo SPHAN nos seus primeiros 50 anos de existência passa pela visão eurocêntrica e elitista dos seus fundadores e demonstra a sua própria visão do tempo histórico como algo intrinsecamente ligado a um passado remoto, mais longínquo, como algo que estava ameaçado de perda, cabendo a preservação do objeto. Nesse sentido, o passado colonial foi mais valorizado e, por consequência, nas artes, o estilo barroco. Era o que se considerava mais distante, mais suscetível ao apagamento diante das remodelações urbanísticas e das novas necessidades de circulação nas cidades. Já tínhamos perdido importantes exemplares com as remodelações anteriores do Rio de Janeiro, antes da criação do SPHAN, como as edificações que estavam no Morro do Castelo, o primeiro núcleo da cidade, a primeira igreja, o primeiro colégio, o marco da fundação da cidade, o túmulo do fundador, etc. Aqui também fazemos uma reflexão sobre a construção do patrimônio como tendo o valor, a primazia de alguma coisa. O que era comum naquela época e havia impactado as pessoas que viveram o seu desmonte. A escolha de determinados bens, como aqueles que detêm primazia, pode resultar na exclusão de outros que não possuem esse *status* simbólico de primeiro ou de original. Choay (2008) argumenta que essa seleção é fortemente influenciada por valores culturais e estéticos que podem ser arbitrários ou dominados por interesses de uma elite cultural ou econômica. Assim, ao focar na primazia de certos bens, o processo de patrimonialização pode silenciar outras narrativas e excluir bens culturais que, embora não sejam "os primeiros", têm importância significativa para determinadas comunidades.

A relação entre a primazia de um bem e o conceito de patrimônio, segundo Choay (2008), está intimamente ligada às tensões entre memória coletiva e construção ideológica. Embora a primazia possa justificar a preservação de certos bens, ela também pode ser um critério limitado e potencialmente excludente. Choay (2008) nos alerta para a necessidade de uma abordagem crítica e inclusiva ao conceito de patrimônio, que vá além da simples veneração da antiguidade ou da originalidade e que considere as dinâmicas sociais, culturais e políticas contemporâneas que moldam o que é preservado e valorizado como patrimônio. O que está em jogo, segundo a autora, é uma transformação na concepção de patrimônio, que deixa de ser apenas um conjunto de bens ou monumentos com valor intrínseco e histórico, para se tornar uma construção ideológica e política.

Assim, até os anos 80, um dos critérios para a escolha do que era patrimônio artístico e cultural era a sua primazia, sua originalidade, a autenticidade, a singularidade e a excepcionalidade da obra.

[...] resta ainda ponderar que a cópia ou a reprodução de monumentos e de obras de arte não apresenta nem de longe o mesmo interesse artístico e o mesmo interesse histórico que há na conservação dos originais. Quer do ponto de vista histórico, quer do ponto de vista artístico, a reprodução, por mais fiel e feliz que se consiga, é outra obra. Não há quem ignore que a cópia de um Rembrandt não é um Rembrandt, ou que a casa em que nasceu Duque de Caxias tem um valor histórico bem diferente de outra, idêntica, mas na qual o Duque de Caxias não nasceu (Andrade, 1941).¹¹

Nesta citação de Rodrigo de Andrade verificamos a preocupação com a busca por esta “pureza” da obra, que fez com que todas as edificações ecléticas, principalmente aquelas associadas ao período do Império, fossem desprezadas. Também as que surgiram no período das reformas de Pereira Passos foram rapidamente substituídas. Os modernistas contribuíram muito para esta visão. Desprezavam o ecletismo dos edifícios, visto por eles como “estrangeirização”, ou como “edifícios mestiços”. Defendiam uma nova arquitetura, nacional e original, fundamentada na sua concepção de moderno. Desta forma, edifícios que não pertenciam ao período colonial não eram vistos como originais ou importantes para preservação.

3 As comemorações do IPHAN

“A recordação dá futuros ao passado pelo presente, que representa, representifica o ausente.” (Catroga, 2009)

No Jubileu de Ouro do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) em 1987, foi organizada uma exposição que procurou relembrar toda a luta, que infelizmente foi perdida, pela preservação da igreja de São Pedro dos Clérigos do Rio de Janeiro da Irmandade do Príncipe dos Apóstolos. Organizou-se uma exposição que teve como foco central a história da igreja. Começando a análise pelo próprio título da exposição - *Réquiem* -, que é a prece que a igreja faz pelos mortos, esta comemoração nos leva a refletir sobre memória, esquecimento e patrimônio.

¹¹ ANDRADE, Rodrigo Melo de. (1941), Ofício nº 880, 29 de setembro de 1941 - Arquivo Geral do IPHAN, 17-T-SPHAN/38, doc. 443-3, arm. 1, gav. 6, pasta 27, p. 2, fl. 32-3.

Diante de tantos monumentos salvos e preservados pela instituição, escolheram justamente uma grande perda para celebrar os seus 50 anos de existência. Segundo o catálogo da exposição produzido na época, o objetivo era precisamente resgatar do esquecimento o valor do templo, na época defendido tenazmente pelo órgão e pelo seu primeiro diretor, Rodrigo de Andrade.

Porque exaltar os inúmeros êxitos e os incontestáveis sucessos do SPHAN, na luta pela preservação do patrimônio nacional, seria algo redundante e já do domínio e conhecimento público, pois seus registros estavam a olhos nus, espalhados por todo o território nacional (SPHAN, 1987).¹²

Analisando esta comemoração, observamos que em nenhum momento foi realizada uma autorreflexão sobre o trabalho do SPHAN naqueles 50 anos, tão pouco sobre suas escolhas do que foi inventariado e o porquê destas escolhas. Caberia, por certo, uma análise do que foi eleito à época para ser tombado e como foi tombado. Como já foi dito anteriormente, o próprio ato de inventariar e classificar o patrimônio já é um exercício de inclusão e exclusão por si. Como vimos anteriormente, segundo Choay (2008), a ideia de patrimonialização é seletiva e, portanto, também é excludente. Quando determino que algo é etnográfico, por exemplo, estabeleço uma diferenciação entre o “eu” e o “outro”, como acontece com os artefatos pertencentes aos povos originais. Assim, o simples ato de classificação nos livros do tombo e a própria existência de diferentes livros do tombo, já estabelece relações de semântica e de hierarquia e demonstra uma visão eurocêntrica do IPHAN.

Para resgatar a igreja que foi demolida e resgatar sua memória para a exposição de 1987, foram necessários meses de pesquisas, que envolveram vários especialistas e as equipes do SPHAN, da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Fundação Pró-Memória. Mas ficou faltando uma autocrítica, e, passados 50 anos, os mesmos valores e critérios para a monumentalização permaneciam cristalizados, seja na ideia de patrimônio, seja na preservação efetiva dos monumentos eleitos.

Ao CO-MEMORAR, a instituição trouxe a MEMÓRIA da antiga Igreja, e talvez aquela que tenha sido a maior luta desta instituição pela preservação de um patrimônio. Ao destacar a história e a importância da Igreja de São Pedro dos Clérigos, mesmo após sua demolição, o SPHAN buscou conscientizar a sociedade sobre a importância do seu papel e da preservação do patrimônio cultural e também alertar sobre a necessidade de se proteger bens históricos antes que sejam totalmente perdidos.

¹² SPHAN. Catálogo da Exposição *Réquiem* pela Igreja de São Pedro. Rio de Janeiro, 1987.

É importante ressaltar que a supervalorização dada pela própria política patrimonial do IPHAN à arte barroca no Brasil fez com que essas peças fossem extremamente cobiçadas por colecionadores de arte, antiquários e pelo mercado paralelo de arte em geral. Após uma série de ocorrências de furtos diversos de patrimônio artístico e cultural, em 1998 o IPHAN criou uma lista de bens culturais que estavam desaparecidos, como forma de combater o comércio ilegal destes artefatos. Em uma rápida pesquisa no novo Banco de Bens Culturais Procurados¹³, que foi lançado em 30 de janeiro de 2025, predominam objetos religiosos de igrejas antigas, em que se destacam alfaias e a imaginária religiosa, comprovando nossa observação. As obras de arte e as partes retiradas da Igreja de São Pedro dos Clérigos do Rio de Janeiro, com o tempo, foram pulverizadas entre outras igrejas do Rio de Janeiro, museus de arte sacra, coleções particulares e o mercado paralelo de artes. Seus anjos e querubins passaram a ornar capelas particulares e até pés de mesa, como vemos em uma das fotografias do arquivo do IPHAN. Sobre o mercado paralelo de arte, recentemente, em 02 de junho de 2024, foi publicada uma matéria no jornal *Diário do Rio*, onde a obra “Deus-pai”, um fragmento do altar-mor da igreja, estava para ser leiloadada por 900 mil Reais em São Paulo.

Em comemoração aos seus 60 anos de criação, o IPHAN promoveu em Fortaleza, de 10 a 14 de novembro de 1997, o seminário *Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção* e gerou um documento, a Carta de Fortaleza, que afirmou que o patrimônio cultural brasileiro era constituído por bens de natureza material e imaterial, conforme determinado pela Constituição Federal Brasileira de 1988. O Brasil demonstrava assim, protagonismo na criação da categoria de patrimônio imaterial, que só seria estabelecido pela UNESCO em 2003 como veremos mais adiante.

O mês de janeiro de 2007, marcou o início das comemorações dos 70 anos do IPHAN. Entre as ações e eventos programados para as comemorações foram realizados encontros em todo o país, para revisão da política pública de preservação do patrimônio, um seminário internacional sobre a arqueologia na Amazônia e um evento latino-americano, em parceria com a UNESCO, sobre as intervenções contemporâneas nos sítios tombados, entre outras mostras e exposições. No dia 29 de novembro de 2007, houve comemoração no Palácio Gustavo Capanema (obra modernista), no centro do Rio de Janeiro, com samba de terreiro, partido-alto e samba-enredo, enaltecidos como patrimônio cultural imaterial do Brasil. A Ordem do Mérito Cultural foi entregue a Oscar Niemeyer.

¹³ O Banco de Bens Culturais Procurados está disponível em: <https://bcp.iphan.gov.br/bcp/home>. Acesso em: 10 fev. 2025.

A celebração dos 80 anos teve o próprio IPHAN reconhecido como patrimônio do Brasil. Foram vários eventos durante o ano de 2017, com destaque para a exaltação da diversidade da cultura brasileira e para a descentralização do Instituto que passou a estar presente em todas as unidades da Federação através de suas 27 superintendências estaduais, 26 escritórios técnicos, dois parques nacionais e cinco unidades especiais.

Segundo o Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, o seu Art. 17. diz:

As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruído, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado (Brasil, 1937).

Este artigo traz uma outra concepção cristalizada: a ideia de originalidade, que vê a restauração como uma intervenção excepcional. Desta forma, por força da lei, qualquer obra de manutenção, restauração e reforma tem de ser submetida à análise e aprovação do IPHAN. Esta lei, que visa a preservação dos bens, consiste, na prática, em um grande contrassenso, dado que esta necessidade de autorização prévia para obras de reparo e manutenção envolve burocracia e altos custos para a restauração dos edifícios tombados, e acaba fazendo com que os donos destes edifícios os abandonem à ação do tempo. Geralmente localizados em área de alto valor imobiliário, muitas vezes os proprietários preferem que o edifício desmorone e caia, para poderem assim, vender o terreno para que as construtoras possam erguer o que quiserem. Não é raro andar pelo Centro da cidade do Rio de Janeiro e por outras capitais e observar os vários sobrados e edifícios abandonados. Acontece que aplicou-se na arquitetura uma concepção da pintura, e este paradoxo vem dificultando a conservação de edificações. Assim a anástilose (restauração de monumento(s) ou construções em que se reagrupam as partes arruinadas, utilizando-se, se necessário, novos materiais) é veemente condenada pelos especialistas em restauro. A nosso ver, desde que devidamente registrado e documentado o restauro, não representaria problema algum. Por outro lado, no outro extremo, assistimos a um abuso no uso da técnica do *retrofit* (processo de modernização e revitalização de edifícios antigos, preservando sua estrutura original, mas adaptando-os às necessidades contemporâneas) que acabam por descaracterizar a sua estética singular.

4 O patrimônio como impulsionador do turismo

As Normas de Quito de 1967 trouxeram a ideia de valorização econômica dos monumentos, ou seja, a ideia do patrimônio ligada ao “Turismo Cultural”. Assim, o interesse

em ter seus monumentos creditados pela classificação da UNESCO passa a representar um valor especial. Era o turismo impulsionado pelo patrimônio cultural desempenhando um papel fundamental na valorização da identidade e da memória coletiva, ao mesmo tempo que contribuía para o desenvolvimento econômico e social de diversas regiões. A existência de sítios históricos, museus, festas tradicionais e manifestações culturais, atrai visitantes que buscam experiências autênticas e conexão com o passado. Além disso, o reconhecimento de bens culturais pela UNESCO e por órgãos nacionais de preservação aumenta a visibilidade desses destinos, estimulando políticas de conservação e infraestruturas turísticas. No entanto, esse crescimento também impõe desafios, como a necessidade de equilibrar o acesso do público com a preservação do patrimônio, evitando impactos negativos, como a descaracterização de locais históricos e o turismo de massa descontrolado. Dessa forma, práticas sustentáveis e estratégias de gestão adequadas são essenciais para garantir que o turismo cultural continue a gerar benefícios sociais e econômicos sem comprometer a integridade dos bens preservados.

5 Memória e história

“A memória está sempre em construção devido à incessante mudança do presente em passado” (Catroga, 2001).

A poética da ausência é importante na historiografia e deve ser utilizada para discutir a representação do ausente na história e na memória. Catroga (2001) mostra como a linguagem pode ser empregada para simular a presença do ausente, explorando as nuances da relação entre história e memória. Ao incorporar a poética da ausência em sua abordagem historiográfica, Catroga (2001) busca compreender como a ausência de certos elementos ou personagens pode influenciar a narrativa histórica e a construção do conhecimento sobre o passado. Essa perspectiva poética permite a Catroga (2001) explorar as lacunas e silêncios presentes na historiografia, levantando questões sobre a natureza da representação histórica e a forma como lidamos com a ausência na construção da memória coletiva.

Se a memória é instância construtora e solidificadora de identidades, a sua expressão coletiva também atua como instrumento e objeto de poder, quer mediante a seleção do que se recorda, quer do que, consciente ou inconsciente, se silencia. Quanto maior é a dimensão social da memória, mais se corre o risco de o esquecido ser a consequência lógica da invenção da memória (Catroga, 2001).

Segundo o estudo do antropólogo francês Candau (1998), existem três níveis de memória: a proto-memória, a memória e a meta-memória. A proto-memória seria passiva e

fruto em boa parte do *habitus* e da socialização e fonte dos automatismos do agir. Por exemplo: aprendemos e sabemos nomear pessoas e objetos, o idioma, os caminhos, muito do que fazemos no dia a dia, coisas simples como andar, comer, heranças culturais recebidas, etc. A memória seria já uma procura ativa, onde fazemos a busca da recordação e o reconhecimento. A meta-memória, também é ativa e seria constituída pelas representações que o indivíduo faz do que viveu. Estas duas remetem para a maneira como cada um se filia no seu próprio passado e como constrói a sua identidade e se distingue dos outros. E Catroga (2001), baseado nesta categorização, vai estudar o seu oposto: o esquecimento. Segundo ele, a dialética da história está neste binómio.

Camadas de Memória:

Quadro 1 – Camadas de memória.

Níveis	Grego	Quanto a raiz	Descrição
Proto-memória	<i>Mnéme</i>	Passivo	Fruto, em boa parte, do <i>habitus</i> e da socialização e fonte dos automatismos do agir.
Memória	<i>Anamnesis</i>	Procura Ativa	Enfatiza a recordação e o reconhecimento.
Meta-memória	<i>Anamnesis</i>	Procura Ativa	São as representações que o indivíduo faz do que viveu.
Falta de Memória	<i>Amnésia</i>	Seria ativa e/ou passiva ?	Esquecimento; Memória Seletiva.

Fonte: Elaborada pela autora a partir da obra Candau, 1998 e Catroga, 2001.

Também o esquecimento histórico é um processo, pelo que o “olhar” do historiador só não se enredará na sedução (e pretensão) consensualizadora da *memória coletiva e histórica*, se souber confrontar com perguntas como estas: quem é que quer que se recorde o quê? E por quê? Que versão do passado se registra e se preserva? O que é que ficou esquecido? (Catroga, 2001)

Assim, a análise de Candau (1998) sobre os três níveis de memória, proto-memória, memória e meta-memória, oferece um entendimento profundo sobre como os indivíduos constroem e mantêm suas identidades a partir da lembrança e do reconhecimento de suas vivências. No entanto, ao trazer à tona o conceito de esquecimento, Catroga (2001) amplia essa reflexão ao sugerir que a história e a memória estão em constante tensão com aquilo que é deliberadamente ou acidentalmente esquecido. Ele propõe que o papel do historiador é, essencialmente, confrontar essas lacunas, questionando não apenas o que é recordado, mas

também quem decide o que deve ser preservado ou esquecido. Assim, o esquecimento, longe de ser um simples vazio, torna-se um processo ativo e necessário, que revela as dinâmicas de poder e as escolhas feitas sobre o passado. Ao investigar essas camadas, tanto de memória quanto de esquecimento, compreendemos melhor a dialética histórica que molda nossa identidade coletiva e individual. É nesse jogo de luz e sombra que a imagem do passado se constrói. Usamos aqui a metáfora da fotografia que nos ajuda a compreender essa relação. A fotografia é a imagem que se deseja eternizar. Ela é sempre composta de luz e sombra, de presença e ausência. Na história, a luz incide sobre determinados eventos, figuras e momentos em que se quer preservar memória. No entanto, há sempre zonas de penumbra e, mais ainda, áreas completamente apagadas, relegadas ao esquecimento. Este esquecimento pode ser um processo natural, mas também pode ser um ato deliberado, uma tentativa de moldar a narrativa do passado segundo interesses do presente.

Então, o que significa lançar luz sobre essas lacunas? Significa compreender que a história não se faz apenas do que se lembra, mas também do que se esquece e de como se escolhe lembrar. Assim também são feitos os inventários e os arquivos.

6 Considerações finais

É relevante destacar que o termo patrimônio é empregado nos idiomas de origem latina, como o português (tanto de Portugal, quanto do Brasil), o francês (*patrimoine culturel*) e o italiano (*patrimonio culturale*). No entanto, no espanhol, apesar de sua origem latina, a nomenclatura adotada aproxima-se da designação utilizada em inglês e alemão, sendo expressa como *Herencia Cultural*, em correspondência com *Cultural Heritage* e *Kulturelles Erbe*, respectivamente.

O idioma espanhol adotou "*Herencia Cultural*", porque o foco da expressão está no aspecto da transmissão do conhecimento e da cultura ao longo do tempo, enquanto *Patrimônio Cultural* (como em português, francês e italiano) enfatiza mais o conjunto de bens protegidos. Uma reflexão acerca desta terminologia se faz imprescindível, principalmente após a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial realizada em 2003. Esta convenção expandiu o conceito e incluiu a categoria de *Patrimônio Imaterial*, incluindo as tradições orais, artes performativas, rituais, festividades e saberes tradicionais. Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares como mercados, feiras e santuários que abrigam

práticas culturais coletivas. Neste sentido, a designação herança parece-nos realmente mais apropriada.

Até o final do século XX, a noção de patrimônio cultural estava fortemente associada a elementos tangíveis, como monumentos, edifícios históricos e artefatos. No entanto, diversas nações – especialmente as da América Latina, África e Ásia – argumentaram que essa abordagem ignorava as tradições culturais vivas, como música, dança, rituais e saberes tradicionais. O Congresso de 1989 foi organizado para discutir formas de proteger e valorizar o patrimônio imaterial, sendo ele o precursor da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, adotada em 2003.

Esse novo entendimento deslocou o foco do conceito de patrimônio do passado para o presente e para algo vivo e dinâmico, aproximando-se do que tradicionalmente chamamos de herança – algo que não se possui, mas se transmite. Dado que o conceito atual de patrimônio cultural imaterial se relaciona menos com posse e mais com transmissão, o termo herança cultural se torna mais apropriado do que patrimônio cultural. Porque o termo herança enfatiza a continuidade e transformação das tradições culturais que não são estáticas, mas sim adaptáveis ao longo das gerações. Evita a conotação materialista de patrimônio, que pode sugerir algo fixo ou institucionalizado, enquanto práticas culturais imateriais dependem de sua transmissão ativa. E por fim, alinha-se ao uso em espanhol e à terminologia anglófona.

Assim, considerando a redefinição promovida pela Convenção da UNESCO de 2003, faz sentido argumentar que o uso do termo "herança cultural" reflete com maior precisão a essência dos bens culturais imateriais, que junto com os bens materiais, não apenas pertencem a uma geração, mas são continuamente transmitidos e ressignificados ao longo do tempo e da história da humanidade.

Referências

BRASIL. Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 4 ago. 2025.

CANDAU, Joël. *Mémoire et identité: anthropologie d'un processus collectif*. França: Presses Universitaires de France, 1998.

CATROGA, Fernando. *O restolho do homem no tempo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1991.

CATROGA, Fernando. *A memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2000.

CHOAY, François. *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 2008.

REIS, Manuela. Das pedras mortas às práticas vivas: do património material à relevância do património imaterial. *Cidades, comunidades e territórios*, v. 41, p. 262-280, de. 2020.

RIO, João do. *As religiões no Rio*. [s. l.]: Nova Aguilar, 1976. (Coleção Biblioteca Manancial, n.º 47).

SPHAN. Catálogo da Exposição *Réquiem pela Igreja de São Pedro*. Rio de Janeiro: [SPHAN], 1987.

TONIOL, Rodrigo; ARAUJO, Marcella. A vida, a morte e o pós vida das materialidades de uma igreja demolida para a construção da Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, p.167-177, 2023.